



ISSN: 2447-5580

<https://periodicos.ufes.br/bjpe/index>



Brazilian Journal of  
Production Engineering

BJPE - Revista Brasileira de Engenharia de Produção



Campus São Mateus

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

ARTIGO ORIGINAL

OPEN ACCESS

## CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: UMA ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA

*CURRICULARIZATION OF UNIVERSITY EXTENSION: A BIBLIOMETRIC ANALYSIS*

**Carla Viviane Novais Cabral de Oliveira<sup>1\*</sup>, Marielce de Cássia Ribeiro Tosta<sup>2</sup>, & Rodrigo Randow de Freitas<sup>3</sup>**

<sup>1</sup> Mestre Profissional em Gestão Pública, Centro Universitário Norte do Espírito Santo, Universidade Federal do Espírito Santo. <sup>2,3</sup> Departamento de Engenharias e Tecnologia do Centro Universitário Norte do Espírito Santo da Universidade Federal do Espírito Santo.

<sup>1</sup> carla.43.2007@gmail.com <sup>2</sup> marielce.tosta@ufes.br <sup>3</sup> rodrigo.freitas@ufes.br

### ARTIGO INFO.

Recebido em: 08.06.2020

Aprovado em: 30.06.2020

Disponibilizado em: 24.07.2020

#### PALAVRAS-CHAVE:

Extensão Universitária; Creditação Curricular; Graduação; Gestão Pública.

#### KEYWORDS:

University Extension; Accreditation Curriculum; Graduation; Public Management.

\*Autor Correspondente: Oliveira, C. V., N. C. de

### RESUMO

As atividades de extensão nas universidades brasileiras existem desde 1911 baseadas em prestação de serviços. Desde então existe um compromisso por parte de docentes, discentes e da sociedade civil organizada de se ter um sólido compromisso social da universidade com a sociedade. Com esta finalidade foi instituída a Lei nº. 5.540/68; o Fórum de Pró-Reitores; a Constituição Federal (1988) e a Política Nacional de Extensão (2012). Apesar destas tentativas a extensão ainda não possui na tríade (ensino, pesquisa e extensão) a mesma importância na formação acadêmica nos cursos de graduação. Desta forma, de modo a minimizar este problema, o Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, instituiu que devem ser creditados no currículo dos cursos “[...] no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária”. Assim, o objetivo deste artigo foi realizar uma análise bibliométrica sobre o cumprimento desta estratégia. A análise foi realizada com base em pesquisa bibliográfica e dados secundários por meio de consulta ao banco de teses e dissertações da CAPES; revistas de extensão e trabalhos publicados em anais de eventos. Segundo a análise bibliométrica pode-se concluir que há pouca contribuição relacionada à temática e que a creditação

traz consigo uma série de reflexões conceituais sobre extensão, bem como o fato de ser um desafio para as instituições de Educação Superior. Achados indicam que cada instituição deve escolher a melhor estratégia de trabalho de acordo com o nível de conhecimento e envolvimento da comunidade acadêmica.

### ABSTRACT

Extension activities in Brazilian universities have existed since 1911 based on the provision of services. Since then, there has been a commitment on the part of teachers, students and organized civil society to have a solid social commitment between the university and society. For this purpose, Law no. 5,540 / 68; the Forum of Pro-Rectors; the Federal Constitution (1988) and the National Extension Policy (2012). Despite these attempts, extension does not yet have the same importance in the triad (teaching, research and extension) in academic training in undergraduate courses. Thus, in order to minimize this problem, the National Education Plan (PNE) 2014-2024, established that they should be credited in the curriculum of the courses “[...] at least 10% (ten percent) of the total curricular credits required for graduation in university extension programs and projects”. Thus, the objective of this article was to carry out a bibliometric analysis on the fulfillment of this strategy. The analysis was performed based on bibliographic research and secondary data through consultation with the CAPES thesis and dissertation database; extension magazines and works published in annals of events. According to bibliometric analysis, it can be concluded that there is little contribution related to the theme and that accreditation brings with it a series of conceptual reflections on extension, as well as the fact that it is a challenge for Higher Education institutions. Findings indicate that each institution must choose the best work strategy according to the level of knowledge and involvement of the academic community.



## 1 INTRODUÇÃO

No Brasil, o desenvolvimento de atividades de extensão no ensino superior ocorreu, desde 1911, alicerçada nas práticas europeias, isto é, ações educacionais para as classes populares e prestação de serviços para trabalhadores da área rural. O conceito de extensão, segundo Neto (2002), teve início a partir de 1938, momento da criação da União Nacional dos Estudantes (UNE), influenciado pelo movimento de Córdoba (Argentina), ocorrido em 1918, que atribuiu à extensão o fortalecimento da função social da universidade, uma projeção da cultura universitária ao povo e uma preocupação pelos problemas nacionais. No Brasil, a UNE acolheu as ideias políticas do movimento estudantil argentino para fins de elaboração de uma Reforma Educacional, pois as universidades precisavam assumir suas funções sociais na visão dos estudantes. Os caminhos efetivos, para este feito, ocorreram através dos cursos de extensão e divulgação de conhecimentos científicos e culturais. Para Neto (2002), a universidade passou a ser "doadora" de conhecimento e, neste viés, tenciona firmar a absorção de conhecimento pelo povo.

Em 1968, foi instituída a Lei nº. 5.540/68, a qual tratou da reforma universitária. A partir daí, a extensão foi exigida e passou a ser caracterizada através de cursos e serviços prestados à comunidade. Contudo, ainda não foi considerada como sendo o terceiro pilar da universidade (Almeida, Araújo, & Guerreiro, 2012). Em 1987, foi instituído o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX) que tem como principal objetivo articular ações voltadas para o fortalecimento da definição de políticas acadêmicas de extensão e estabelecer diretrizes para as práticas extensionistas no Brasil.

A extensão foi reconhecida de forma expressa por meio da indissociabilidade da tríade (pesquisa, ensino e extensão) apenas com a promulgação da Constituição Federal (CF) de 1988, em seu artigo 207. Este marco legal trouxe, para dentro das universidades, a necessidade de conceber as atividades acadêmicas sob novas formas, sendo publicado em 2012 o documento: Política Nacional de Extensão, com conceito e diretrizes (FORPROEX, 2012). Apesar da promulgação de legislações, movimentos de pró-reitores e vários avanços das práticas extensionistas, ela não se institucionalizou como previsto e continuou sendo o desenvolvimento de atividades para amenizar carências sociais da população, que deveria ser responsabilidade do Estado e não da Universidade (Cunha, 2002; De Paula, 2013).

Historicamente, o caminho percorrido pela extensão como compromisso social da universidade foi construído cheio de rupturas, lutas de docentes e sociedade civil organizada, as quais almejavam que o ensino superior superasse a desagregação do trabalho do docente de ensinar, pesquisar e praticar extensão. Assim sendo, surgiu a necessidade de curricularizar atividades de extensão, produzi-las em larga escala, de forma obrigatória, sistemática e, ao longo da formação acadêmica, por meio dos Planos Nacionais de Educação (PNE) 2001-2010 e 2014-2024. É a partir deles que as IES iniciam as discussões acerca da inclusão formal das atividades extensionistas nos Projetos Pedagógicos dos Cursos.

O PNE (2001-2010), constituído pela Lei 10.172, de 09 de janeiro de 2001, teve seu eixo estruturado na implantação de políticas e programas que pretendiam melhorar a educação. Ele se concentrou em democratizar o ensino superior, fazendo com que se aproximasse do mercado



de trabalho. A partir dele, foi dado início à formalização da extensão nos Currículos. A meta 23, deste PNE, expressou a creditação de no mínimo, 10% em ações extensionistas. Essa meta trouxe a creditação de forma abrangente, quando citou sobre ações extensionistas, ou seja, trata-se daquelas ações discriminadas no FORPROEX (2007), que são: eventos, cursos, prestações de serviços, projetos e programas.

A Lei 13.005/2014, de 25 de junho de 2014, que instituiu o PNE (2014-2024), trouxe novamente a questão, mas com outra redação e mesma intencionalidade, na sua meta 12, estratégia 12.7, a integralização de, no mínimo, 10% do total de créditos curriculares exigidos para graduação em programas e projetos de extensão universitária, preconizando ações de forma exclusiva, para áreas de grande relevância social (BRASIL, 2014). Ressalta-se que a nova redação utilizou para a creditação apenas as ações classificadas como programas e projetos e a determinou para todas as IES, isto é, universidades, faculdades, institutos e centros.

De forma a corroborar, o PNE, quanto à estratégia citada, o Conselho Nacional de Educação (CNE), vinculado ao Ministério da Educação, aprovou a Resolução nº. 7/2018, que reafirma a necessidade de integralização curricular. A resolução trouxe, ainda, de forma expressa: concepção, diretrizes, princípios, avaliação e registro da extensão universitária curricularizada e, considerando a autonomia administrativa das universidades, a normativa destacou que cada instituição de ensino superior é que deverá determinar sua forma de cumprir o determinado na estratégia 12.7 do PNE-2014, estipulando prazo de três anos a contar da homologação (Brasil, 2018).

Segundo Santos (2004), as universidades do século XXI devem ser alicerçadas através de diálogo ou enfrentamento com outros conhecimentos, com responsabilidade social, proporcionando alternativas de pesquisa, formação, extensão e promovendo a universidade como bem público. Entretanto, há limites e dificuldades em conceber a curricularização da extensão, conforme preconizado no PNE, pois a fragmentação do que deveria, desde a implantação, ser realmente indissociável, poderá ficar distante de ocorrer na prática. A construção de um currículo voltado para a sociedade, ações humanizadas e promotoras de cultura, são desafios a serem superados na atualidade para, realmente, institucionalizar a extensão universitária.

Dada a importância da extensão no ambiente acadêmico e a necessidade do cumprimento da política educacional (PNE, 2014), o objetivo principal deste artigo foi o de compilar o estado do conhecimento das produções científicas brasileiras publicadas no período de 2014 a 2019, acerca da curricularização da extensão nos cursos de graduação das universidades do Brasil.

## 2 MÉTODO

Para compor a pesquisa, envolvendo o estado do conhecimento da produção científica brasileira sobre o tema: curricularização e extensão universitária, o presente artigo utilizou abordagem qualitativa, com objetivo exploratório e procedimentos bibliográfico e bibliométrico. De acordo com Chueke e Amatucci (2015), os estudos bibliométricos contribuem no sentido de compilar as pesquisas feitas em um campo específico de estudos e remeter problemas a serem examinados em pesquisas futuras, pois o conhecimento científico é produzido de forma gradual e poderá ser utilizado para entender as origens das concepções existentes sobre a temática.



Citação (APA): Oliveira, C. V. N. C. de, Tosta, M. de C. R., & Freitas, R. R. de. (2020). Curricularização da extensão universitária: uma análise bibliométrica. *Brazilian Journal of Production Engineering*, 6(2), Edição Especial “Gestão Pública”, 114-127.

Os estudiosos da bibliometria propuseram leis que norteiam a análise da produção científica. Elas subsidiam pesquisas em diversos campos do conhecimento. Por exemplo, Carvalho, Fontes e Araújo (2012), sobre a lei do inverso do quadrado (Lei de Lotka), aponta o número de autores que publicam diversos artigos em determinada área científica; a lei do mínimo esforço (Lei Zipf), que quantifica a frequência da incidência das palavras em textos, proporcionando uma lista ordenada de termos de determinado assunto e a lei de dispersão (Lei de Bradford), que possibilita sugestão ao núcleo e às áreas de dispersão sobre um assunto em um mesmo agrupamento de revistas. Todos princípios analisados no presente estudo.

Foram utilizadas as bases de dados disponíveis na plataforma da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) para periódicos, dissertações, teses e o *Google Scholar*. Os descritores utilizados nas consultas foram: “creditação e extensão universitária” e “curricularização da extensão” e “extensão universitária e currículo”, no título e/ou corpo dos textos. Houve aplicação de refinamentos quanto: período de busca (2014 a 2019), idioma português e revisão por pares. O levantamento foi realizado no mês de setembro de 2018, sendo revisado em maio de 2020. Além disso, foram pesquisados artigos nas cinquenta e quatro revistas de extensão no Brasil, registradas na página da Rede Nacional de Extensão – RENEX.

Após seleção inicial do material, procedeu-se com leitura dos resumos e exclusão daqueles que não se enquadravam ao objetivo desta pesquisa. Criou-se uma tabela a qual continha autores, ano de publicação e título para organização dos periódicos, dissertações e teses. Na sequência, procedeu-se com análise focando a cronologia das publicações; palavras-chave utilizadas; conceitos estabelecidos do tema e metodologia utilizada para inserção da curricularização da extensão nas IES.

Por fim, o resultado da pesquisa bibliométrica foi analisado de forma quantitativa e qualitativa. Foi elaborada uma Matriz *SWOT* (*Strengths, Weaknesses, Opportunities e Threats*), conforme Chiavenato e Sapiro (2003). Esperou-se que as zonas da matriz mostrassem os indicadores para definir estratégias de manutenção dos pontos fortes, mostrar a intensidade dos pontos fracos, as oportunidades e apontar as ameaças relacionadas à adequação dos currículos dos cursos de graduação, frente à meta 12.7 do PNE (2014-2022).

### 3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da pesquisa nas plataformas e revistas de extensão, foi possível chegar aos dados compilados na Tabela 1.

**Tabela 1.** Resultados da pesquisa, 2019

Base de Dados e Artigos identificados	Aplicação dos descritores	Aplicação dos filtros ano e revisado por pares	Após leitura do título e resumo
CAPES	127	61	5
<i>Google Scholar</i>	368	312	10
Revistas Brasileira de Extensão	-	-	12

Fonte: Autores

Percebe-se que no *Google Scholar* foi localizado um número considerável de publicações. Contudo, as produções apenas citavam nos títulos os descritores, mas as narrativas tratavam de



estudos de caso de determinados cursos de graduação e não faziam alguma alusão sobre conceito nem metodologia das respectivas IES quanto a inserção da curricularização da extensão, foco de interesse da pesquisa. O resultado gerou um quantitativo de 27 produções científicas.

Quanto a cronologia das publicações, no mesmo ano da promulgação da sua base legal: estratégia 12.7 (PNE 2014-2024), ocorreu publicação de artigo, relacionada a curricularização da extensão. De acordo com o Gráfico 1, observa-se que não houve evolução significativa das publicações sobre o tema, a partir de 2014. Infere-se que esta baixa produção científica pode ser considerada como reflexo da prática da curricularização da extensão nas universidades brasileiras, nesse período.

**Gráfico 1.** Cronologia das publicações analisadas, 2014-2019



Fonte: Autores.

Para Júnior, Souza, Parisotto e Palmisano (2016), a teoria de Lokta da bibliometria dispõe que um número limitado de pesquisadores produz muito, em determinada área de conhecimento; enquanto uma vasta quantidade de pesquisadores produz pouco. Assim, a partir do conteúdo analisado, constatou-se carência de dados para aplicação desta lei, mas se destaca que as publicações ocorreram na área da educação. Corroborando, segundo os mesmos autores, buscou-se, assim, aplicar a lei do mínimo esforço (lei de Zipf), a qual é utilizada para mensurar a frequência da ocorrência de palavras-chave. Observou-se que os termos estão diretamente ligados ao tema, facilitando, assim, a busca de trabalhos publicados nas bases de dados, conforme mostra a Figura 1.





Quadro 1. Concepções da curricularização e ações iniciais nas Universidades

Autor	Curricularizar é?	Primeiros passos para curricularizar a extensão
Carneiro, et al., (2014)	Dialogar com a sociedade e trazer para dentro da universidade, para vida acadêmica do aluno essas experiências.	Pesquisar junto aos colegiados dos cursos de graduação a fim de obter informações sobre a previsão de aproveitamento de atividades de extensão no intuito de dar crédito à extensão no currículo.
Teleginski, & Alegre (2014)	Reafirmar a extensão como primordial da formação do conhecimento e profissional do aluno.	Criar normativa para curricularização e aplicar projeto piloto em um curso de graduação.
Imperatore, et al., (2015)	Ressignificar o ensino superior e reconhecer a extensão como função acadêmica integrada ao currículo.	Mapear a prática extensionista em cada curso junto com demandas sociais no entorno; adequar um sistema de informação.
Imperatore, & Pedde (2015)	Colocar a extensão no centro das políticas acadêmicas do ensino e da pesquisa.	Mapear os tipos de saberes existentes na universidade e estabelecer uma reflexão sobre eles.
Dalmolin, & Vieira (2015)	Compreender que o currículo não poderá ficar distante das necessidades da sociedade. Curricularizar é a base do tripé universidade.	Cada instituição deve escolher a melhor estratégia de trabalho, considerando os obstáculos e avaliando constantemente o processo de dentro para fora.
Bennetti, et al., (2015)	Possibilitar à comunidade acadêmica rever conceitos referentes as ações extensionistas de forma que propicie uma maior interação com a sociedade.	Esclarecer diferenças das ações extensionistas; mapear atividades de extensão suscetível de obter créditos nos cursos de graduação; criar Resolução que regulamente a extensão no Conselho Superior.
Martins, J. (2016)	Centralizar a extensão na formação profissional e na produção do conhecimento.	Mapear programas e projetos de extensão nos cursos de graduação – questionário institucional.
Verás, & Souza (2016)	Encontrar soluções por meio da pesquisa e fortalecer o ensino-aprendizagem com intervenções e interações em vários setores da sociedade.	Criação de um Programa que vise articular o ensino e a pesquisa com a extensão e envolvimento da comunidade local e apoio do Centro Tecnológico Estadual.
Marins, C. M. de O. (2016)	Não contemplou	Resgatar o histórico conceitual sobre extensão e mapear as ações que podem ser creditadas.
Tomaz, & Santos (2017)	Possibilitar democratização dos saberes.	Aproveitar as experiências vivenciadas no Núcleo Extensionista Rondon, o qual envolve as 8 áreas do conhecimento.
Santos, A. P. F. dos (2017)	Compreender a função do Currículo e seus reflexos na vida profissional dos estudantes.	Instituir como um dos componentes curriculares dos cursos de graduação uma disciplina denominada Projeto Comunitário (PC).
Gadotti, M. (2017)	Incorporar nos currículos a lógica da extensão que possibilita o diálogo entre os saberes e conhecimentos disciplinares da universidade e as questões mais amplas que envolvem a população.	Mobilizar instâncias que precisam manifestar em toda e qualquer mudança sobre: aprovação das ações de extensão; programa de bolsas; financiamento; formas de participação do aluno nas ações; valorização da participação do docente; formas de participação da comunidade no processo decisório da extensão
Fros, C. L. R. (2017)	Oportunizar ao aluno ser protagonista da sua formação, ou seja, permitir que ele faça suas escolhas dentro do seu currículo.	Apresentar o PNE para comunidade acadêmica; propor curso de reflexões e práticas extensionistas; e revisar normas e resoluções.



Citação (APA): Oliveira, C. V. N. C. de, Tosta, M. de C. R., & Freitas, R. R. de. (2020). Curricularização da extensão universitária: uma análise bibliométrica. *Brazilian Journal of Production Engineering*, 6(2), Edição Especial "Gestão Pública", 114-127.

Resende, et al., (2017)	Promover a indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão; provocar transformações na comunidade acadêmica incentivadas pela troca de conhecimentos e compreensão da realidade que estão inseridos.	Sensibilizar Colegiados de Curso sobre extensão; levantar disciplinas que já possuem atividades de extensão registradas no currículo; capacitar o corpo docente sobre as ações de extensão.
Ribeiro, et al., (2018)	Abrir possibilidades de concretizar a indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão, afastando os docentes do ensino somente em livros e limitado à sala de aula.	Estabelecer diálogo com a comunidade acadêmica – não basta à letra da lei, é preciso sensibilizar; promover eventos de extensão e formação técnica para comunidade universitária; envolver professores e alunos na construção da Resolução; produzir manual de orientação.
Dalla Corte, et al., (2018)	Efetivar a extensão como indissociável do ensino e da pesquisa.	Debater e elaborar as propostas nos Núcleos Docentes Estruturantes dos Cursos de Graduação.
Borghazan, & Giassi (2018)	Promover aprendizado na vida profissional do professor, do aluno e da própria sociedade.	Envolver o docente e a gestão da universidade desde a construção inicial do processo, por meio de encontros para discussão do tema.
de Deus, S. de F. B. (2018).	Garantir uma inovação na formação dos alunos por meio de reformar curricular; fortalecer as relações da universidade e seu entorno.	Promover palestras com a comunidade desmistificando a visão de que o único saber é o da universidade. Ações que promovam um olhar para o outro.
Timm, U. T. (2018)	Permitir que o ensino e a pesquisa sejam práticas em situação real – por meio da extensão dentro dos currículos, permitindo o desenvolvimento de habilidades e competências ao estudante.	Criar projeto piloto para determinado curso e posterior avaliação da possibilidade de inclusão no currículo.
Fagundes, M. N. (2018)	Compreender que a extensão faz parte do currículo e ela é consequência de um planejamento longo e impessoal.	Divulgar princípios de Extensão à comunidade acadêmica; construir de forma ampla e detalhada as normativas junto à comunidade acadêmica.
Silva, & Kochhann (2018)	Entender a concepção da ação de extensão e organizar as atividades que irão influenciar à formação do estudante.	Primeiro passo será promover a mudança epistemológica nas concepções curricular e institucional, de forma que o pedagógico supere a visão política. Posteriormente, avaliar a produção acadêmica ou os produtos advindos das atividades extensionistas.
Cortez, et al., (2019)	Compreender o currículo como elo a ser estabelecido entre os conhecimentos acadêmicos e os contextos sociais. É ultrapassar os limites de creditar a extensão; é repensar as formas de ensino, as relações interpessoais.	Não contemplou.
Pereira, et al., (2019)	É proporcionar uma nova forma de pensar e ver os componentes curriculares.	Formar grupo de trabalho para estudos teóricos sobre extensão (diretrizes, ações, leis); analisar os PPCs para verificar como a extensão foi registrada.
Santos, et al., (2019)	Não contemplou.	Criar grupo de trabalho como articulador e incentivador da curricularização da extensão. O referido grupo possui funções específicas: organizar seminários para socializar a temática, promover reuniões com comissões além de ser os responsáveis pelo levantamento de informações nos PPCs.
Costa, W. N. G. (2019)	Imposição as IES o desafio de repensarem concepções, práticas e políticas de extensão	Não contemplou.





Steigleder, & Martins (2019)	Alternativa para institucionalização da extensão	Construir uma base legal pautada na Resolução Nº.7/2018-MEC/CNE.
Rios, & Corbellini (2019)	Não contemplou.	Aplicar questionários aos Coordenadores de Cursos de graduação e analisar os PPCs. O Resultado esperado é o conhecimento das ações de extensão já realizadas por curso e mapeamento para instituir a política de curricularização da PUCRS.

Fonte: Autores.

Verificou-se que para os autores Carneiro et al. (2014), Benetti et al (2015), Imperatore e Pedde (2015), Martins (2016) o primeiro passo para implementar a extensão nos currículos é o mapeamento do que já é produzido de atividades extensionistas; enquanto que para Dalmolin e Hertzog (2015), Santos (2017), Ribeiro et al. (2018), Borghezani e Giassi (2018) e Deus (2018) primeiro é necessário sensibilizar a comunidade acadêmica, quanto à necessidade e importância de práticas extensionistas, não somente para fins de cumprimento legal, mas principalmente por uma transposição de saberes. Entre os autores pesquisados, há unanimidade quando relatam que a creditação curricular é um desafio para as universidades.

Benetti, et al., (2015) relatam que o primeiro obstáculo da curricularização é reunir professores, alunos e técnicos em torno da discussão sobre o Projeto Pedagógico de Curso (PPC), sobre conceitos básicos e, ao mesmo tempo, importância das ações de extensão e as diretrizes da Extensão pactuadas no FORPROEX, uma vez que são pouco conhecidas pela comunidade acadêmica. Segundo os autores, parte significativa dos professores apresenta entendimento reduzido da extensão, ou seja, delimita as práticas extensionistas às ações de divulgação científica ou quaisquer eventos sem, necessariamente, ter a participação efetiva dos alunos. Afirmam que, estando ausente um dos elementos (docentes, estudantes, técnicos e sociedade), não se pode considerar como ação extensionista.

Véras e Souza (2016) atribuem ao número diversificado de concepções das práticas extensionistas como sendo uma barreira para inserir a extensão nos currículos. Imperatore e Pedde (2015) também corroboram desta opinião e ainda afirmam que a cada encontro do FORPROEX as falas se confundem, isto é, às vezes a extensão é concebida como prestação de serviços, outras como assistencialismo e outras como mero cumprimento da responsabilidade social das universidades. Segundo os autores, dificilmente a extensão é vista como função acadêmica, o que poderá dificultar a curricularização. Além disso, existem vários tipos de barreiras para efetivar a extensão nos currículos e as mesmas podem ser classificadas em administrativas, culturais ou comportamentais e pedagógicas e que, para solucioná-las, haverá necessidade de alinhamento entre a ensino-pesquisa-extensão-gestão.

Carneiro, et al., (2014) observaram, em seu estudo, que os docentes dos cursos das áreas tecnológicas possuem pouca tradição extensionista, portanto são os mais difíceis para implementarem a prática da curricularização. Isto pode ser atribuído à formação docente, como também ao perfil do aluno que opta pela área de exatas. Fros (2017) acrescenta que um dos maiores obstáculos é o compromisso dos docentes em executar a inserção da extensão nos currículos, pois existe uma cultura que a transmissão do ensino é sua exclusiva responsabilidade, não há trocas de saberes, mantêm-se aulas expositivas e, quando chegam a



inovar com promoção de ações junto à comunidade externa, não têm a participação ativa dos alunos.

Já Fagundes (2018), ressalta que caminhos devem ser seguidos no processo da curricularização, sendo o primeiro passo o esclarecimento e amplo debate sobre as características das ações extensionistas. Outra ação necessária seria trazer a obrigatoriedade do fazer extensionista para os docentes e discentes. O autor acredita que, assim, ocorreria a institucionalização da extensão nos currículos; caso contrário, o caráter optativo de participação docente promoverá desarticulação no tripé da universidade: ensino-pesquisa-extensão.

Assim, considerando as discussões apresentadas, foram levantadas todas as potencialidades e vulnerabilidades que as universidades possuem, no que diz respeito à inserção da extensão nos currículos. A fim de apresentá-las, de forma sintética e direta, foi elaborada, para fechamento do estudo, a Matriz *SWOT* (Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças) evidenciada no Quadro 2.

**Quadro 2.** Análise *SWOT*

	POSITIVO	NEGATIVO
	FORÇAS	FRAQUEZAS
Análise Interna	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reconhecimento legal da extensão como atividade acadêmica;</li> <li>• Articulação do Fórum de Pró-Reitores de Extensão</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Falta de infraestrutura, de recursos materiais e de pessoal;</li> <li>• Falta de conhecimento do PNE (2014-2024);</li> <li>• Perfil dos docentes para exercerem extensão com perspectiva de interação;</li> <li>• Conflito conceitual sobre extensão nas universidades; e</li> <li>• Fóruns de Graduação e Extensão que não dialogam entre si.</li> </ul>
Análise Externa	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Troca de saberes acadêmico e popular;</li> <li>• Mudança na concepção de assistencialismo;</li> <li>• Auxiliar na superação das desigualdades sociais;</li> <li>• Contribuição na formação cidadã do estudante;</li> <li>• Democratização do conhecimento acadêmico;</li> <li>• Oportunidade de mudanças metodológicas para unir teoria e prática;</li> <li>• Valorização da carreira do servidor extensionista; e</li> <li>• Aumentar produção científica e qualis das revistas de extensão</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Falta Recursos financeiros;</li> <li>• Extensão ser interpretada apenas como disciplinarização do currículo;</li> <li>• Desvalorização da Extensão na carreira e remuneração do servidor, no seu currículo;</li> <li>• Inserção da extensão de forma desarticulada nos currículos;</li> <li>• Ausência de formação docente para extensão;</li> <li>• Dificuldade de envolver toda comunidade acadêmica, principalmente os alunos que trabalham;</li> <li>• Ajuste curricular provocando aumento da carga horária; e</li> <li>• Ações de extensão reduzidas não conseguindo inserir todos os alunos.</li> </ul>

Fonte: Elaborado pelos autores

Os resultados demonstrados por meio da ferramenta *SWOT*, em que pese constatações mais gerais, identificam-se pontos de tensionamento nas fraquezas e ameaças, ou seja, na medida em que não se tem claro o papel da extensão, no campo das vivências, as práticas são intuitivas ou reativas. Contudo, a concepção trazida pelas normas vigentes, traz um leque de oportunidades que poderá promover a extensão como um trabalho transformador na formação do estudante.



#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em face da necessidade de cumprimento da estratégia 12.7 do PNE (2014-2024), a pesquisa bibliométrica indicou que há pouca contribuição relacionada à temática nas revistas especializadas em extensão. O estado da arte sobre a curricularização da extensão, a partir desta norma, indicou que este pilar do tripé (ensino-pesquisa-extensão) não predomina nos periódicos qualificados e há um número baixo de teses e dissertações sobre o tema, apesar de existir um número considerável de revistas, contudo, a predominância de trabalhos publicados é relatos de experiências de projetos de extensão.

Posto isso, destaca-se que o tema precisa ser explorado de forma mais veemente e exaustiva, na possibilidade de trazer informações que possam contribuir com a inserção da extensão na matriz curricular dos cursos de graduação e orientar as futuras pesquisas a respeito da temática.

Em conformidade com os autores dos trabalhos analisados, a extensão é à base do compromisso da universidade com a população, além de exercer a função de estabelecer parâmetros na formação de ensino-aprendizagem acadêmica. Certifica-se que a creditação traz consigo uma série de reflexões conceituais sobre extensão, bem como o fato de ser um desafio para as instituições de Educação Superior.

A estratégia 12.7 do PNE (2014-2024) introduz entendimento sobre a prática de indissociabilidade, quando normatiza que as instituições de ensino superior devem creditar, no mínimo, 10% da carga horária total dos cursos de graduação em atividades de extensão. O Fórum de Pró-Reitores de Extensão articula ações para nortear as universidades quanto à temática.

No entanto, a pesquisa bibliométrica não permitiu identificar um único caminho possível a ser seguido pelas IES para a creditação da extensão. As práticas da curricularização, ou seja, a forma como as atividades e ou disciplinas de extensão poderão ser inseridas às matrizes curriculares dos cursos, de acordo com o que preconizam as normas, podem ser diferentes em cada curso de acordo com suas especificidades, pois cada instituição de ensino deve escrever sua própria história, ou seja, encontrar meios de envolver docentes, discentes, técnicos e a gestão, em prol do compromisso e materialidade da extensão.

Desta forma, a curricularização da extensão não pode ser apenas uma “letra morta”, uma questão meramente normativa, mas deve ser vista como uma atividade que requer diálogo constante entre comunidade acadêmica e sociedade, tendo abertura para aprender e ensinar e, principalmente, respeito às diferenças intelectuais provindas de um grupo heterogêneo.

#### Referências

Almeida, L. L. de; Araújo, M. A. M. de & Guerreiro, M. R. (2012). Extensão Universitária no Ensino Superior: o diferencial na qualidade acadêmica. In: *Conferência do Fórum da Gestão do Ensino Superior nos países e regiões de Língua Portuguesa*. Recuperado de <http://aforges.org/conferencia2/05documentos.html>.

Andrade, R. M. M.; Morosini, M. C. & Wiebusch, E.M. (2018). Desafios Contemporâneos da Extensão universitária: invisibilidade a curricularização. In: *X Congresso Ibero americano de Docência Universitária – X CIDU*.



Citação (APA): Oliveira, C. V. N. C. de, Tosta, M. de C. R., & Freitas, R. R. de. (2020). Curricularização da extensão universitária: uma análise bibliométrica. *Brazilian Journal of Production Engineering*, 6(2), Edição Especial "Gestão Pública", 114-127.

Benetti, P. C.; Souza, A. I. & Souza, Maria H. do N. (2015). Creditação da extensão universitária nos cursos de graduação: relato de experiência. *Revista Brasileira de Extensão Universitária*, 6(1), 25-32.

Borghezán, J. M. & Giassi, M. G. (2018). Limites e possibilidades da curricularização da extensão em uma Universidade do Extremo Sul Catarinense. *Cataventos – Revista de Extensão da Universidade de Cruz Alta*, 10(1), 85-102.

BRASIL. (2001). *Lei nº. 10.172, de 09 de janeiro de 2001*. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/110172.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm)>. Acesso em: 16 dez. 2019.

BRASIL. (2014). *Lei nº. 13.005, de 25 de junho de 2014*. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm)>. Acesso em: 16 dez. 2019.

BRASIL. (2018). *Resolução nº. 7, de 18 de dezembro de 2018*. Estabelece as diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº. 13.005/2014 que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024 e das outras providências. Disponível <[http://www.in.gov.br/materia/-/asset\\_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/55877808](http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/55877808)>. Acesso em: 16 dez. 2019.

Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: 1988.

Carneiro, P. C. O.; Collado, D. M. S. & Oliveira, N. F. C. (2014). Extensão universitária e flexibilização curricular na UFMG. *Interfaces – Revista de Extensão da UFMG*, 2(3), 4-26.

Carvalho, A. A. de; Fontes, M. B. & Araújo, E. A. T. (2012). Análise de conteúdo e bibliométrica dos artigos publicados na revista Oikos nos últimos 10 anos. *Oikos: Revista Brasileira de Economia Doméstica*, 23(2), 3-29.

Chiavenato, I. & Sapiro, A. (2003). *Planejamento Estratégico: fundamentos e aplicações* (1. ed. 13º tiragem). Rio de Janeiro: Elsevier.

Chueke, G. V. & Amatucci, M. (2015). O que é bibliometria? Uma introdução ao fórum. *Internext*, 10(2), 1-5.

Cortez, J.; Darroz, L. M.; Rosa, C. T. W.; Giacomelli, A. C.; Rosa, A. B.; Pérez, C. A. S.; Spalding, L. E. S.; Cavalcanti, J.; Bizus, M. O. & Silva, M. (2019). A curricularização da extensão no curso de licenciatura em física da universidade de Passo Fundo. *Revista Conexão UEPG*, 15(2), 165-171.

Costa, W. N. G. (2019). Curricularização da extensão: o desafio no contexto das licenciaturas. *Revista Panorâmica online*, 2.

Cunha, L.S. (2002). Extensão universitária brasileira: as tensões das propostas acadêmicas. In: De Melo Neto, José Francisco et al. *Extensão Universitária - diálogos populares* (1. ed.) Pernambuco: Editora Universitária.

Dalla Corte, M. G.; Gomez, S. R. M. & Rosso, G. P. (2018). Creditação da extensão universitária no currículo dos cursos de graduação: estado do conhecimento. *Políticas Educativas – PolEd*, 11(2), 17-36.

Dalmolin, B. M. & Hertzog V. A. J. (2015). Curricularização da Extensão: Potências e Desafios no Contexto da Gestão Acadêmica. In: *Congresso Nacional de Educação*. Recuperado de [http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/20159\\_9517.pdf](http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/20159_9517.pdf).



Citação (APA): Oliveira, C. V. N. C. de, Tosta, M. de C. R., & Freitas, R. R. de. (2020). Curricularização da extensão universitária: uma análise bibliométrica. *Brazilian Journal of Production Engineering*, 6(2), Edição Especial "Gestão Pública", 114-127.

de Deus, S. D. F. B. (2018). A extensão universitária e o futuro da universidade. *Revista Espaço Pedagógico*, 25(3), 624-633.

De Paula, J. A. (2013). A extensão universitária: história, conceito e propostas. *Interfaces – Revista de Extensão da UFMG*, 1(1), 5-23.

Fagundes, M. N. A. (2018). *(Des) continuidade de programas sociais em organizações públicas de ensino superior: o caso do programa vizinhança na UFPel*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, RS, Brasil.

Fros, C. L. R. (2017). *Curricularização da extensão: sugestões para a implantação no curso de administração da Unipampa*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, Brasil.

Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (2007).

Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. (2012).

Gadotti, M. (2017). Extensão universitária: para quê? *São Paulo: Instituto Paulo Freire*.

Imperatore, J. L. R.; Imperatore, S. L. B. & Pedde, V. (2015). Curricularizar a extensão ou extensionalizar o currículo? Aportes teóricos e práticas de integração curricular da Extensão ante a estratégia 12.7 do PNE. In: *Colóquio Internacional de Gestão Universitária – CIGU*.

Imperatore, S. L.B. & Pedde, V. (2015). "Curricularização" da Extensão Universitária no Brasil: questões estruturais e conjunturais de uma política pública. In: *XIII Congresso latinoamericano de Extensión Universitaria*. Havana.

Junior, C. M., de Souza, M. T. S., dos Santos Parisotto, I. R., & Palmisano, A. (2016). As leis da bibliometria em diferentes bases de dados científicos. *Revista de Ciências da Administração*, 18(44), 111-123.

Marins, C. M. de O. (2016) *A avaliação do guia de creditação da extensão universitária na UFRJ*. 2016. Dissertação de mestrado, Faculdade Cesgranrio, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Martins, J. (2016). Extensão Universitária como Prática Educomunicativa: contribuições para a flexibilização de Projetos Pedagógicos. In: *Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*, 39. São Paulo. Anais eletrônicos. Recuperado de <http://portalintercom.org.br/anais/nacional2016/resumos/R11-0400-1.pdf>.

Neto, J. F. M. (2002). Extensão universitária: bases ontológicas. In: \_\_. *Extensão Universitária - diálogos populares* (1. ed.). Pernambuco: Editora Universitária, cap. 1, p. 7-22.

Pereira, N. F. F. & Vitorini, R. A. S. (2019). Curricularização da extensão: desafio da educação superior. *Interfaces – Revista de Extensão da UFMG*, 7(1), 19-29.

Resende, M. C. F.; Albuquerque, L. M. de; Moreira, T. R. & Borges, B. K. N. O. (2017). A curricularização das práticas de extensão na PUC Minas. *Conecte-se! Revista Interdisciplinar de Extensão*, 1(2), 88-103.

Ribeiro, M. R. F.; Mendes, F. F. F. & Silva, E. A. (2018). Curricularização da extensão em prol de uma universidade socialmente referenciada. *Revista Conexão UEPG*, 14(3), 334-342.

Rios, S. C., & Corbellini, V. L. (2019). Curricularização da Extensão Universitária PUCRS. In *IX SIEPEX-IX Salão Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão*.

Santos, A. P. F. dos. (2017). *Curricularização da Extensão: Projeto Comunitário nos cursos de Graduação do Centro Universitário – Católica de Santa Catarina em Jaguará do Sul*. Dissertação de mestrado, PUC-São Paulo, SP, Brasil.



Citação (APA): Oliveira, C. V. N. C. de, Tosta, M. de C. R., & Freitas, R. R. de. (2020). Curricularização da extensão universitária: uma análise bibliométrica. *Brazilian Journal of Production Engineering*, 6(2), Edição Especial "Gestão Pública", 114-127.

Santos, M., Cardoso, M. C., Uggioni, P. P., & Rodrigues, C. D. O. (2019). Curricularização da Extensão: primeiros passos do Câmpus Criciúma. *Caminho Aberto: Revista de Extensão do IFSC*, (10).

Santos, B. de S. (2004). *A Universidade do Século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade* (3. ed.). São Paulo: Cortez.

Silva, K. C., & Kochhann, A. (2018). Tessituras entre concepções, curricularização e avaliação da extensão universitária na formação do estudante. *Revista Espaço Pedagógico*, 25(3), 703-725.

Steigleder, L. I., Zucchetti, D. T., & Martins, R. L. (2019). Trajetória para curricularização da extensão universitária: contribuições do fórum nacional de extensão das universidades comunitárias-FOREXT e a definição de diretrizes nacionais. *Revista Brasileira de Extensão Universitária*, 10(3), 167-174.

Teleginski, D. E. & Alegre, L. M. P. (2014). A Curricularização da extensão nos cursos da Universidade Tecnológica Federal do Paraná. In: *Seminário de Extensão e Inovação da UTFPR – 4º SEI-UTFPR*.

Timm, U. T. (2018). *A curricularização da extensão universitária: possibilidades em um curso de matemática licenciatura*. Dissertação de Mestrado. Universidade Luterana do Brasil, Canoas, RS, Brasil.

Tomaz, M. H., & Santos, A. B. (2017). Políticas educacionais e a curricularização da extensão universitária. *Colóquio Luso-Brasileiro de Educação-COLBEDUCA*, 2.

Véras, R. M. & Souza, G. B. (2016). Extensão universitária e atividade curricular em comunidade e em sociedade na Universidade Federal da Bahia. *Revista Brasileira de Extensão Universitária*, 7(2), 83-90.

